

# a técnica na evolução social

Quando, em princípios do século passado, o nosso sistema económico ensalava ainda os seus primeiros passos para uma época de industrialização intensa, os progressos rápidos da técnica foram saudados por um coro unânime de aprovações da parte dos defensores da nova economia. A utilização das máquinas abria então perspectivas imensas de enriquecimento e prosperidade para uma classe que pouco antes ascendera a ocupar as posições dominantes, de governo da sociedade, após o seu triunfo na Revolução Francesa.

As utopias que então surgiram, acerca da plena libertação do homem e sua felicidade absoluta, que a nova era traria, encontraram justificação no facto de não serem mais do que a necessária transposição para o plano ideológico e emotivo das directrizes materiais da civilização, exploradas por uma classe em seu proveito. Só assim se conseguiram lançar as bases e acumular materiais para a construção do moderno edifício industrial cuja forma de organização e desenvolvimento, nessa época, coincidia com um acréscimo de bem-estar e prosperidade gerais.

Os pequenos movimentos de reacção que se esboçaram, da parte das formas de produção ultrapassadas contra a nova economia, cedo foram jugulados por meios coactivos ou pela força das próprias circunstâncias históricas que condicionavam o seu desaparecimento. Assim desimpedido o caminho, pôde a classe a quem os progressos da técnica possibilitavam e favoreciam o desenvolvimento proclamar, pela boca dos seus mais eminentes teóricos, o sistema da livre-concorrência que lhe era propício, tal como a liberdade entre lobos e cordeiros.

Todas as estruturas sociais encerram porém contradições que se acentuam com o seu crescimento e que, na fase de decadência, se tornam insolúveis. Desde certo momento, o emprego progressivo e ilimitado dos meios que a técnica colocava ao alcance do homem, pelas novas condições sociais que acumulava, entrou a conflitar com as fórmulas existentes, abrindo e acentuando contradições e ocasionando um constante estado de guerra na sociedade. Porque, se, por um lado, a economia de livre-concorrência obrigava os magnatas da grande indústria, para subsistir, a lançar mão dos processos sempre mais aperfeiçoados da técnica, por outro, o seu aproveitamento integral acarretava toda uma sé-

rie de consequências graves e problemas insolúveis como a sobreprodução (1) e crises temporárias (cíclicas).

A situação ia-se tornando angustiada, porque, à medida que os mercados escasseavam, de cada vez que tais fenómenos se reproduziam, vinham agravados com sintomas novos que implicavam maior risco para o sistema em cujo seio eram ocasionados. As condições materiais de existência tinham ultrapassado os moldes duma estrutura social que se mostrava incapaz de as enquadrar. Daí que se invertesse a atitude primitiva de aproveitamento integral dos recursos da técnica, o que, na nova fase, conduziria à ruína.

Dentro desta orientação, o liberalismo passou a ser considerado indesejável, como perigoso, e a falar-se insistentemente de economia dirigida e intervencionismo. Mas a luta económica intensificava-se; a concentração progressiva dos capitais nos grandes organismos monopolistas dava origem, no campo ideológico, ao imperialismo; as contradições iam-se acumulando; e encarou-se a saída desta situação pelo recurso ao aniquilamento das forças produtivas que conduzia directamente à guerra—o conflito de 1914 a 1918.

O próprio jornal financeiro de Nova-York, *The Analyst* (1933), o declarou: «Saímos, em 1914, duma depressão económica pelo desencadeamento duma grande guerra».

A conflagração não fez mais, porém, do que trazer, depois de graves inquietações dos primeiros anos do pós-guerra, que iam sendo fatais, a miragem duma solução aparente que se traduziu na ilusória estabilização económica de 23-29. Na realidade dos factos, tudo se tinha agravado e passara-se das anteriores crises cíclicas à crise geral do sistema que se viu obrigado a recorrer, sobretudo a partir de 1929, a formas mais eficazes de fiscalização da economia e domínio político.

Actualmente o problema da técnica assume aspectos alarmantes e contraditórios. O aproveitamento total dos seus recursos conduziria ao desagrégamento económico, porque as mercadorias não seriam absorvidas a preços remuneradores, o que destruiria o lucro e a possibilidade de as empresas se manterem em elaboração. Por outro lado, o mecanismo do sistema de concorrência obriga ao barateamento do custo de produção, a uma adaptação da mercadoria

à satisfação das necessidades progressivamente melhor e ao emprego conveniente dos meios técnicos, caminhando-se assim para o mesmo ponto.

Ante o perigo eminente que comportam, deu-se a substituição das lutas de concorrência por acordos, entendimentos e planos económicos em que cada um dos participantes tem o âmbito de actividade produtiva delimitado, não devendo ir além daquele incremento técnico que a prudência aconselha. É claro que tudo isto não pode obstar a que o equilíbrio tenda constantemente a romper-se e que volte a encarar-se uma segunda «solução» como a de 1914.

*Palm Dutt*, num livro de que extraímos grande parte dos dados para este estudo, cita um exemplo elucidativo de sobreposição de interesses de classe ao desenvolvimento das forças produtivas:

«Joseph Caillaux, falando da crise mundial, na primavera de 1932, ante a Associação da imprensa parisiense, segundo relato tornado público pela *Dépêche économique et financière* desenvolve o tema de que «a máquina devora o homem»; que é necessário «controlar a técnica»: «é preciso, diz, prevenir as invenções, susceptíveis de revolucionar bruscamente as condições de produção». Como? Faz duas proposições concretas. Primeiro criar em cada país um ministério das Invenções, com o fim de disciplinar as invenções, atribuindo-lhes indemnizações e permitindo que não se utilizem senão dentro do limite em que os equipamentos existentes tiverem sido amortizados. O segundo meio é a «taxação»: «lançar impostos pesados sobre todas as novas invenções». «É preciso que a ciência seja jugulada». Não é a linguagem dum foragido da lua mas a dum financeiro e dum político muito hábil que vê longe e raciocina friamente.»

Outro caso interessante, entre muitos, da limitação dos meios de produção e do progresso técnico pela economia actual é o que aparece no número de Março de 1931 da revista profissional de engenharia *Automobile Engineer*, a fim de precaver a indústria contra o incremento *soi disant* «excessivo» da produção:—*a aparelhagem de grande rendimento, tal como se desenvolve nos Estados Unidos, não pode ser empregada economicamente na Inglaterra, pela razão de que o equipamento actual pode já produzir mais depressa do que o ritmo da capacidade de absorção dos produtos fabricados... Foi já*

*provado variadas vezes que as fábricas americanas das principais indústrias poderiam ser mais do que suficientes para as necessidades do mundo inteiro, mesmo que todas as outras fontes de aprovisionamento viessem a desaparecer.*

Preteende ver-se nesta oposição ao progresso da técnica um prudente recuo histórico do homem que mentalmente não tem evoluído em proporção com o desenvolvimento material nem moralmente estaria preparado para êle. Seignobos dá como a tal explicação, ao terminar o seu recente *«Essai d'une histoire comparée des peuples de l'Europe»* com a afirmação de que «vemos a população e a produção aumentar sem deter, a ponto de inquietar pela superabundância de produtos de todos os géneros que o consumo não chega a absorver. Vemos multiplicar-se as invenções e as descobertas, os meios de circulação e de prazer, as obras de literatura e as artes. Mas o progresso foi tam rápido que os povos não tiveram tempo de mudar de hábitos, para se adaptarem a tantas condições novas».

Ora o progresso da organização social não se cumpre meramente em função de hábitos; estes é que, pelo contrário, são determinados pelas transformações dos factores materiais na evolução da sociedade que impulsiona exponencialmente a sua adaptação. Porque tende a criar novos hábitos é que a superabundância de produtos inquietam não o Homem, em geral, mas um secto escasso, embora forte.

Quando uma estrutura económica se revela incapaz de enquadrar e permitir o desenvolvimento das condições que deveriam trazer um maior bem-estar, pelo acréscimo da produção, está irremediavelmente condenada perante a história. Debalde pode entreter a ilusão da sua vitalidade, recorrendo a medidas artificiais. A fase inicial de crescimento do sistema, em que êle coincidia com o pleno aproveitamento das forças produtivas, não voltará mais. Não é «a superabundância de produtos que o consumo não chega a absorver» que se deve lamentar como causa de inquietação para a Humanidade (colectivamente encarada, sem atender aos interesses individuais que se lhe opõem); mas as condições de clima social que, no momento em que se desenvolvem possibilidades de abundância, criam a escassez e a destruição sistemáticas no seio da sociedade.

CARLOS RELVAS